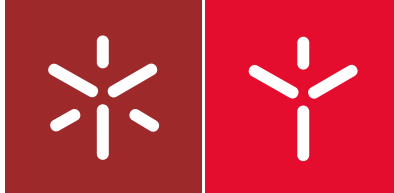




Universidade do Minho
Escola de Direito

Ânia Maria Magalhães Teixeira

A obrigação de seguro no risco e
perda ou deterioração da
coisa dada em locação financeira



Universidade do Minho
Escola de Direito

Ânia Maria Magalhães Teixeira

A obrigação de seguro no risco e
perda ou deterioração da
coisa dada em locação financeira

Tese de Mestrado
Mestrado em Direito dos Contratos e das Empresas

Trabalho efectuado sob a orientação do
Professor Doutor Gravato Morais

DECLARAÇÃO

Nome: Ânia Maria Magalhães Teixeira

Endereço eletrónico: ania.teixeira@gmail.com **Telefone:** 918694330

Número do Bilhete de Identidade: 13492912

Título da Dissertação:

A obrigação de seguro no risco e perda ou deterioração da coisa dada em locação financeira

Orientador:

Professor Doutor Fernando de Gravato Morais

Ano de conclusão: 2016

Designação do Mestrado:

Mestrado em Direito dos Contratos e da Empresa

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE/TRABALHO, APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE.

Universidade do Minho: ____/____/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Dedico esta dissertação àqueles que mais investiram em mim avós, pais e irmão!

Assim como, a quem sempre acreditou em mim, mesmo quando eu já não era capaz, Susana Coelho, Michael Cunha e Sara Macedo, obrigada por serem especiais.

Ao Vítor Lima, pela paciência e persistência!

RESUMO

Com esta dissertação de Mestrado, propomo-nos a analisar a obrigação de seguro no risco e perda ou deterioração da coisa dada em locação financeira, uma vez que, nos dias hoje é prática recorrente o recurso aos instrumentos financeiros. Pelo que, são muitas as dúvidas que se colocam, em perceber o que acontece no caso de a coisa dada em locação financeira se deteriorar ou se perder parcialmente, ou integralmente.

Pretendemos analisar questões como: a imputação do risco ao locatário financeiro; a possível cessação do contrato de locação financeira, perante a perda do bem; o contrato de seguro enquanto contrato a favor de terceiro, entre outras questões que se colocam.

Para tanto, fazemos uma abordagem aos três principais institutos jurídicos desta temática: o risco, o seguro e a locação financeira.

Palavras-chave: risco; seguro; locação financeira; locador; locatário.

ABSTRACT

With this Master's thesis, we propose to analyze the insurance liability risk and loss or deterioration of the thing given in lease, today is standard practice the use of financial instruments. Therefore, there are many doubts that arise in understanding what happens if the thing given in lease deteriorate or be lost partially or entirely.

We intend to analyze issues such as the allocation of risk to the lessee; the possible termination of the lease contract, with the loss of the thing; the insurance contract as a contract in favor of another, among other issues that arise.

Therefore, we approach the three main legal institutions of this issue: the risk, insurance and leasing.

Keywords: risk; insurance; leasing; lessor; lessee.

ÍNDICE

Agradecimentos.....	III
Resumo	V
Abstract	VII
Índice	XIX
Lista de Abreviaturas e/ou Siglas.....	XI
Introdução.....	13
1.O Risco.....	15
1.1.Noção.....	15
1.2.O direito e o risco	15
1.2.1.O risco na responsabilidade civil e criminal.....	15
1.2.2.Os princípios jurídicos da prevenção e da precaução.....	17
2. O Seguro	21
2.1. A Tutela do Tomador de Seguro e do Segurado.....	21
2.2. A Declaração inicial do Risco.....	22
2.3. Os elementos do contrato de Seguro.....	22
2.4.As características do Contrato de Seguro	23
2.4.1.Contrato Formal.....	24
2.4.2.Contrato de Adesão.....	24
2.4.3.Contrato Sinalagmático/bilateral.....	24
2.4.4.Contrato Oneroso.....	25
2.4.5.Contrato Aleatório	25
2.4.6.Contrato Sucessivo.....	25
2.4.7.Contrato Boa-fé.....	25
2.4.8.Contrato típico	26
3. O Risco e o Seguro.....	27
3.1.O risco como elemento do seguro.....	27
3.2.As alterações do risco com a nova lei do contrato de seguro.....	28
4.Locação Financeira.....	33
4.1.Locação financeira vs leasing.....	33
4.2.Locação financeira e «propriedade económica».....	34
4.3.Os sujeitos do contrato de locação financeira.....	35
4.3.1.As obrigações do locador.....	36
4.3.2.As obrigações do locatário.....	36
4.4.A entrega da coisa dada em locação financeira.....	37
4.5. Desconformidade da coisa dada em locação financeira.....	38

4.5.1.Exoneração da responsabilidade do locador.....	38
4.5.2.Casos de Não exoneração da responsabilidade do locador.....	40
4.6. Os Meios de Defesa do locatário.....	41
4.6.1. Desconformidade no momento da entrega.....	41
4.6.2. Desconformidade constatada em momento posterior ao da entrega.....	42
4.6.3. O dever de comunicação do vício ao locador.....	42
5. Risco de perda e de deterioração da coisa.....	45
5.1. Imputação do risco ao locatário financeiro	
5.2.Obrigação de segurar a coisa.....	49
5.3. Perda total e deterioração da coisa – efeitos.....	52
Conclusões.....	59
Bibliografia.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

Ac.	-	Acórdão
ALD	-	Aluguer de Longa Duração
Art.º	-	artigo
CC	-	Código Civil
Cfr.	-	confrontar
C.V	-	Contra Compra e Venda
Dec.-lei	-	Decreto Lei
DL	-	Decreto Lei
Ed.	-	edição
IFIC	-	Instituição financeira de crédito
LCS	-	Lei Contrato de Seguro
n.º	-	número
OA	-	Ordem dos Advogados
Pags.	-	páginas
Proc.	-	processo
Rel.	-	Tribunal da Relação
Trib.	-	Tribunal
Sgs	-	seguintes
STJ	-	Supremo Tribunal de Justiça
Vol.	-	Volume

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura económica e social, que atravessa o nosso país, afeta inevitavelmente o nosso ordenamento jurídico. O recurso aos instrumentos de crédito, tornaram-se uma realidade no nosso quotidiano, resultado disto é o instrumento da locação financeira.

No entanto, são vários os riscos que assumimos ao recorrermos a esse instrumento financeiro, aqui propomo-nos a analisar a obrigatoriedade do seguro no risco e perda ou deterioração da coisa dada em locação em financeira.

Para melhor entendermos esta problemática, começamos pelo enquadramento dogmático do conceito do risco, que até a data não foi possível dar uma definição literal, optando-se antes por o qualificar. O Risco, surge inicialmente no âmbito do direito, através do instituto da responsabilidade civil, uma vez que, com a Revolução Industrial, com o aumento dos acidentes laborais e as desigualdades entre entidades patronais e trabalhadores, fez com que o risco ganhasse dimensão no âmbito jurídico.

Em virtude de comumente se dizer, que não há seguro se não houver risco, o contrato de seguro pressupõe sempre a existência de um risco. O que faz com que, seja imperativo mencionar quais os riscos que o tomador pretende acautelar, aquando da celebração do contrato de seguro, conforme estabelece o artigo 44.º da Lei do Contrato de Seguro.

É precisamente o risco de perda ou deterioração da coisa dada em locação financeira, que obriga o locatário à celebração de um contrato de seguro. Aqui pretende-se acautelar, a perda que os intervenientes (locador e/ou locatário), possam vir a ter no caso de o bem se deteriorar ou perder na vigência do contrato de locação financeira.

Aqui, levantam-se as mais diversas questões, relativas à cessação do contrato de locação financeira no caso de perda do bem, o seguro enquanto contrato a favor de terceiro, saber quem tem legitimidade para pedir a indemnização junto da seguradora, entre tantas outras.

Assim ao longo, desta dissertação, vamos analisar a dogmática do Risco, do Contrato de Seguro e da Locação Financeira, assim como a relação entre estes instrumentos jurídicos, por forma a um melhor entendimento desta temática.

1. O RISCO

1.1. NOÇÃO

O termo Risco provém do italiano *risicare*, que significa ousar, pelo que devemos entender “ousar” como uma opção na oportunidade de obter maiores benefícios. Neste sentido, o risco é visto de uma forma positiva, em que se arrisca para tentar alcançar um benefício.

No entanto, e conforme enumera Catarina Frade¹, “*o conceito de risco privilegiado pelas teorias do risco refere-se à probabilidade de ocorrência de efeitos nefastos, adversos (Leiss e Hrudley, 2005: 4; Hood et al., 2001: 3). Segundo Rohrmann e Renn (2000: 14), o risco pode ser definido como a possibilidade de um dano ou perda física, social ou financeira devida a um determinado perigo, num dado momento. O risco diz respeito a perigos externos, tais como catástrofes naturais, e a perigos induzidos (Giddens: 2000: 35; 1998: 27-28), como catástrofes tecnológicas e outros comportamentos potencialmente lesivos dos seres humanos (Ericson e Haggerty, 1997: 3). O risco é a possibilidade de uma realidade que é o dano. É um fenómeno em processo de se tornar real, um “becoming-real”, nas palavras de Beck (2000: 165).*”

Com o passar dos tempos, o risco ganha uma grande importância, principalmente nas práticas comerciais e no pensamento económico, com destaque para a chamada teoria da decisão racional.

1.2. O DIREITO E O RISCO

1.2.1. O risco na responsabilidade civil e criminal

Os primeiros contactos do risco com o direito surgiram no âmbito do instituto da responsabilidade civil ou criminal.

Inicialmente, a formulação da responsabilidade era objetiva, ou seja, “*que o dano resultasse de uma acção intencional ou negligente de um caso fortuito*” (Junior, 2003:179).

A responsabilidade tinha sobretudo um carácter ético-retributivo, em que se procurava reparar a ofensa sofrida, sem ter em conta qualquer distinção entre causas e efeitos, nem entre delitos civis e criminais. Ao longo dos tempos, a responsabilidade foi ganhando como pressuposto essencial a ideia de culpabilidade.

¹ CATARINA FRADE, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 86, Setembro 2009, pag. 53 e 53 a 72, que vamos seguir de perto ao longo deste capítulo.

Na casualidade de um prejuízo sofrido, este não deve ficar a cargo da pessoa em cuja esfera foi produzido, devendo impor-se a obrigação de ressarcir a pessoa lesada de tal prejuízo.²

Quando a lei impõe ao autor dos prejuízos causados a obrigação de reparar os danos a outrem que os tenha sofrido, deparamo-nos com a figura da responsabilidade civil, que surge com a obrigação de indemnização.

Tanzi e Delmer³, diziam que a responsabilidade civil é “*um poderoso regulador de todo o desvio social susceptível de criar um risco.*”.

O nosso Código Civil, à semelhança de outros ordenamentos jurídicos também parte do princípio de que não há responsabilidade sem culpa (artigo. 483.º), ou seja, é necessário que aos danos causados lhes sejam imputados a prática de um facto ilícito, em que a conduta do agente tenha sido culposa.

No entanto, uma responsabilidade civil que assenta no pressuposto da culpa, não seria suficiente para responder a muitas outras questões que se vão colocando no quotidiano social.

Ao longo da história, desde logo, com a Revolução Industrial, com o aumento dos acidentes laborais e as desigualdades entre as entidades patronais e os trabalhadores, o *risco* foi ganhando uma grande importância. Surgindo assim, tal como a conhecemos a responsabilidade objetiva, ou responsabilidade pelo risco, em que o pressuposto culpa deixa de existir, sendo substituído pelo risco.

Não se entenda aqui o risco, como um fator de probabilidade, como o conhecemos de outras áreas científicas. Aqui estamos perante riscos que conhecemos, e que sabemos que acontecem frequentemente, como o caso dos acidentes de trabalho, de acidentes de aviação, entre outros.

O legislador com este instituto não fez caber toda e qualquer situação que apenas dependesse do elemento risco, para poder lançar mão deste instrumento jurídico. Pelo contrário, apenas estamos perante responsabilidade civil objetiva ou pelo risco, nos casos estritamente previstos por lei. O que está em causa, é o ressarcimento das vítimas de acidentes rodoviários e laborais, o que implica sempre a produção efetiva de um determinado prejuízo, aquando da generalização de comportamentos de risco, aos quais subjaz a referida utilidade social, e

² Varela, Joao Antunes (2000), Das obrigações em geral, Almedina, Coimbra, ppg. 630.

³ Tanzi, Tullio; Delmer, Frédéric, *Ingénierie du risque*. Paris: Hermès-Lavoisier. 2006, pag. 64.

reconhecendo a sua materialização frequente em dados reais, entendeu por bem impor medidas não exatamente de diminuição desse risco, mas de minimização dos seus efeitos negativos.⁴

Diferente ainda, é a responsabilidade criminal, que tem em vista satisfazer os interesses da comunidade afetada por um fato ilícito criminal, com especial gravidade.

A responsabilidade penal não se aproxima da ideia de risco apenas quando se pondera a questão dogmática das penas. Pelo que, a chegada dos “crimes de perigo”, prevê a proteção do ambiente e dos consumidores, percebe-se que é uma abertura do direito penal às novas necessidades da sociedade de risco, traduzida num princípio de antecipação da proteção penal e na consagração supra - individual de novos bens jurídico-penais, conforme Figueiredo Dias⁵.

1.2.2. Os princípios jurídicos da prevenção e da precaução

O desenvolvimento económico e tecnológico, consoante já fomos referenciando, foram intensificando e complexificando as relações sociais, trazendo consigo um aumento da preocupação com a segurança e a tolerância ao risco que estas evoluções importam.

Foram necessárias modificações a institutos jurídicos pré-existentes, como a responsabilidade, retratada no ponto anterior.

Contudo, não foram suficientes, sendo necessário uma resposta aos desafios de uma intervenção preventiva e antecipatória, tratando-se aqui de uma juridificação da gestão de certos riscos, através da intervenção de atores, instrumentos e metodologias originárias do direito. Surgindo assim, o princípio da prevenção e da precaução.

O princípio da prevenção aparece como uma alternativa à perspetiva da reparação do dano. Citando Gomes Canotilho⁶: “*A irreparabilidade de certos danos tornará mais eficaz e menos onerosa uma política baseada em medidas preventivo - antecipatórias*”, a irreversibilidade de alguns danos ambientais, assim como de produtos defeituosos ou perigosos para o consumo, não se pode bastar com a adoção de medidas meramente curativas ou repressivo-corretoras.

⁴ CATARINA FRADE, in Revista Crítica de Ciências Sociais, 86, Setembro 2009, pag. 65.

⁵ DIAS, JORGE DE FIGUEIREDO, (2001), in Temas Básicos da Doutrina Penal sobre os Fundamentos da Doutrina Penal, Sobre a Doutrina Geral do Crime, Coimbra Editora, pag. 16.

⁶ CANOTILHO, JOAQUIM GOMES (1995), in Direito Público do Ambiente (Direito Constitucional e Direito Administrativo), Coimbra: CEDOUA.

Este é o princípio de eleição, no que respeita ao risco, visto que o princípio da prevenção se baseia no cálculo probabilístico sobre a medida da verificação de determinados efeitos negativos.

Quanto ao princípio da precaução, é um princípio muito discutido, desde logo, no que concerne aos limites e insuficiências do conhecimento científico na identificação e avaliação dos riscos incertos, desconhecidos. Este é um princípio, que decorre das exigências de segurança e de certeza que todos reclamam, mas ao mesmo tempo, é o exemplo acabado de insegurança e de incerteza que povoam a sociedade atual e o conhecimento científico.

O direito encara o risco essencialmente como *objecto da regulação jurídica*, em que o risco é o *quid* sobre o qual se versa a tutela do direito.

Contudo, o risco também pode ser visto como modo de produção da regulação jurídica, no qual o risco se apresenta como um caminho para a gestão de alguns problemas da sociedade.

Há autores que entendem o risco como um “*modo de conceber e interpretar o próprio processo regulador*”;⁷ ou seja o risco assume uma forma de governação e de regulação, por forma a delinear novas estratégias regulatórias, provenientes de uma sociedade de risco. Assim, o risco surge como um postulado da função regulatória, em que o direito, deixa de agir sobre ele de um modo meramente exterior, como é o caso da responsabilidade, diferente também de um objeto regulado.

Outros autores, defendem a necessidade de o risco, ser um direito de aprendizagem flexível à adaptação das sucessivas experiências que a sociedade enfrenta com a emergência dos novos problemas inerentes à sociedade do risco, ou seja, um “*learning law*”⁸, um direito disponível para aprender.

A abordagem do risco enquanto regulador consegue libertar-se da dicotomia entre risco objetivo e risco como construção social, aproveitando o que é dado pelos dois paradigmas. Podendo assim, continuar a apoiar-se no saber científico, pesa embora o conhecimento científico possa por vezes não ser suficiente e/ou efêmero, com o avançar dos progressos de investigação, onde aqui se enquadraria, o risco disponível para aprender (*learning law*). Podendo também, desta forma, atender

⁷ STEEL, JENNY, in *Risks and Legal Theory*. Portland: Hart Publishing, 2004, pags. 7-9.

⁸ Expressão atribuída por Wilhelmsson, Thomas (2007), in *The Paradox of the Risk Society and the Fragmentation of Consumer law*, in Iain et al. (orgs), *Consumer Risk and Choice in Consumer Society*. Atenas: Sakkoulas/Bruylant, 1-21, pag. 9.

aos medos e receios dos cidadãos, distinguindo um temor justificado de receios exagerados e fantasiosos.⁹

Ao considerarmos o risco como regulador, faz com que este atue também, perante riscos desvalorizados pela opinião pública, ou desconhecidos. John Applegate¹⁰, vai mais longe ao entender que a regulação orientada pelo risco permite uma intervenção *ex ante* sobre o perigo coletivo, em vez de uma ação *ex post* sobre o dano individual, contribuindo para a prevenção dos danos coletivos.

Concluiu-se que o direito não define o que é risco, utilizando-o para medir a gestão dos riscos industriais e naturais, estando voltado para as consequências que o risco traz, como os danos.

Mantem-se o desafio, para que se chegue a consenso no pensamento jurídico, saber como é que o direito pode emancipar uma intervenção *ex post* no conflito, em prol de uma abordagem mais ampla, de regulação *ex ante* (prevenção do próprio conflito).

O próprio dicionário jurídico¹¹, refere que – “o Risco enquanto “Risco de prestação” – *a lei fixa princípios que regulam o risco do perecimento ou deterioração da prestação devida. Se se impossibilitar totalmente a prestação, a obrigação extingue-se, o que significa que o risco ocorre por conta do credor, seja a impossibilitação parcial (quantitativa ou qualitativamente), fica o devedor exonerado com o que puder prestar, com redução proporcional da contraprestação se se tratar de obrigações sinalagmáticas, pelo que o risco é suportado por ambas as partes nesta última hipótese e, na primeira, pelo credor.*”

Perante isto, reparamo-nos com a necessidade de o dicionário jurídico qualificar o risco, por forma a poder dar uma conotação ao termo, ou seja, nem o dicionário jurídico consegue definir o risco em sentido amplo.

⁹ A este respeito ver: SUNSTEIN, CASS R. in *The laws of fear. Beyond the Precautionary Principle*. Cambridge University Press, 2004.

¹⁰ Applegate, John (2004), in *The Perils of Unreasonable Risk: Information, Regulatory Policy, and Toxic Substances Control*, in John Applegate (org.), *Environmental Risk*, I. Burlington: Ashgate, pag. 79.

¹¹ Prata, Ana, *Dicionário Jurídico, Direito Civil, Direito Processual Civil, Organização Judicial, com a participação de Jorge Carvalho*, Vol. I, 5ª edição, Almedina, 2008.

2. O SEGURO

O regime jurídico do contrato de seguro foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, incorporando muitas das disposições que se encontravam em vários diplomas legais que entretanto foram revogados.

O diploma legal encontra-se sistematizado da seguinte forma:

- Título I, trata o regime comum do contrato de seguro, nomeadamente quanto à formação, vigência, conteúdo, cessação, cosseguro, resseguro, seguro de grupo, vicissitudes, sinistros e disposições complementares;

- Título II, o seguro de danos (parte geral) e inclui uma parte especial onde constam os seguros de responsabilidade civil, incêndio, colheitas e pecuário, transporte de coisas, financeiro, proteção jurídica e assistência;

- Título III, o seguro de pessoas (disposições comuns), seguro de vida, acidentes pessoais e seguro de saúde.

O legislador manteve neste diploma legal, os termos anteriormente utilizados como: *apólice, estorno, resseguro, cosseguro, subseguro, sinistro, reembolso, segurado, tomador de seguro e segurador* (em que o legislador decidiu fixar estes termos para designar as anteriores expressões de *seguradora, empresa de seguros, companhia de seguros, etc.*)

2.1. A Tutela do Tomador de Seguro e do Segurado.

O Dec.-lei n.º 72/2008, de 16 de Abril, primou pela alteração do paradigma das partes, quanto ao segurador, tomador de seguro e segurado. A lei considera que o tomador de seguro, como o segurado são partes mais débeis na relação contratual.

Este paradigma pretende conferir uma maior proteção à parte contratual mais débil, estabelecendo desde logo um conjunto de normas de imperatividade absoluta, que não admitem convenção em sentido diverso, e normas de imperatividade relativa, que admitem que seja estabelecido um regime mais favorável ao tomador de seguro, ao segurado ou ao beneficiário da prestação de seguro.¹²

¹² Joao Valente Martins, "Contrato de Seguro – Notas Práticas", 2ª edição, Quid Juris, 2011, pags. 22 e ss.

O novo regime estabelece um conjunto de informações genéricas a todos os contratos de seguro, a título de informação pré-contratual, alargando os deveres de informação por parte do segurador aos tomadores de seguro.

2.2. A Declaração inicial do Risco

O tomador de seguro, tem a obrigação de declarar todas as circunstâncias que conheça, ou deva conhecer, para que o segurador possa apreciar corretamente o risco.

No entanto, o segurador tem a obrigação de informar o tomador de seguro sobre o regime relativo ao incumprimento da declaração do risco, uma vez que se o tomador de seguro optar por um comportamento doloso, tal implicará a anulação do contrato de seguro, segundo artigos 24.º e 25.º da LCS.

2.3. Os elementos do contrato de Seguro

São elementos essenciais do contrato de seguro: o segurador; o tomador de seguro; o risco; o prémio e a assunção do risco.

O segurador, é a entidade devidamente autorizada pelo Instituto de Seguros de Portugal a explorar determinados ramos de seguro, conforme artigo 16.º LCS, e que mediante o recebimento de um determinado valor (o prémio seguro), aceita a transferência do risco de outrem.

O tomador de seguro, é a pessoa singular ou coletiva, que pretende contratar com o segurador um contrato em que transmite a sua responsabilidade, ou a de outros, ou seja, transfere o risco para o segurador. É também, o tomador de seguro responsável pelo pagamento do prémio de seguro.

Quanto ao risco, como já vimos anteriormente no ponto 1, o direito não define o que é o risco, mas podemos dizer que se trata de um acontecimento fortuito, de algo que é suscetível de acontecer, que não é inevitável, potenciando-se consoante as circunstâncias do tempo e do espaço.

O prémio, é a contraprestação que o segurador exige ao tomador de seguro, como contrapartida da transferência do risco por parte deste. Este representa o corolário da onerosidade

do contrato de seguro, em que o apuramento do prémio de seguro esta relacionado com o risco, ou seja, quanto maior o risco, maior deverá ser o prémio a pagar pelo tomador de segurador.

A assunção do risco, resulta de o segurador se assumir como responsável pelos sinistros que eventualmente possam vir a ocorrer com determinada pessoa segura ou bens que estejam no âmbito das coberturas da respetiva apólice.

Além destes elementos essenciais, existem ainda os elementos não essenciais, como: o terceiro interessado, que no caso de contrato de locação financeira, é visto como elemento essencial, uma vez que as locadoras financeiras exigem que seja efetuado um seguro a seu favor; e a pessoa segura, quando se pretende segurar o risco numa determinada pessoa, que pode ser o tomador de seguro ou pessoa diferente.

2.4. As características do Contrato de Seguro

2.4.1. Contrato Formal

O n.º 1 do artigo 32.º da LCS refere o seguinte: “*A validade do contrato de seguro não depende da observância de forma especial.*”, no entanto, o n.º 2 do mesmo artigo, obriga o segurador a formalizar o contrato num instrumento escrito, que deve ser entregue ao tomador de seguro, que se designa por apólice, devendo esta ser assinada e datada pelo segurador, conforme o n.º 3.

A apólice de seguro tem um valor “*ad probationem*” o elemento chave para efeitos de prova da existência do contrato.

Assim, o contrato de seguro consolida-se com a entrega da apólice ao tomador de seguro, sendo que as desconformidades sobre o acordado entre as partes e o conteúdo da apólice, não forem invocadas nos trinta dias após a referida entrega, apenas podem vir a ser invocadas as divergências que constem em documento escrito ou em suporte duradouro, conforme dispõe o artigo 35.º da LCS.

2.4.2. Contrato de adesão

O contrato de seguro é comumente um contrato de adesão, visto que o segurador se limita a aderir a um contrato que tem as respetivas cláusulas já previamente estabelecidas pelo segurador, sem possibilidade de alteração.

Apesar de se tratar de um contrato de adesão, entende-se que não há desequilíbrio das partes, uma vez que o segurador está limitado pelo Instituto de Seguros de Portugal, que é a entidade que tutela a atividade seguradora, assim como também está sujeito ao Decreto-Lei n.º 446/85, de 25 de outubro, relativo ao regime das cláusulas contratuais gerais e ao Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, que aprovou o regime jurídico do seguro. Sendo certo, que em determinadas circunstâncias sejam acrescidas condições especiais ao contrato de seguro por sugestão do tomador de seguro.

2.4.3. Contrato sinalagmático/bilateral

O contrato de seguro é sinalagmático, uma vez que dele emergem obrigações recíprocas para ambas as partes.

O segurador tem assim a obrigação da assunção do risco que o tomador de seguro lhe transfere, mediante o pagamento do respetivo prémio, ou seja, no contrato de seguro temos uma prestação (pagamento do prémio) e uma contraprestação (assunção do risco).

Entendemos que a contraprestação é a assunção do risco e não a indemnização, por que poderá nunca haver lugar a indemnização durante a vigência do contrato de seguro, mas haverá sempre a assunção do risco, uma vez que não há contrato de seguro sem risco associado.

2.4.4. Contrato oneroso

O contrato de seguro é oneroso, desde logo, pelo pagamento do prémio por parte do tomador de seguro, que traduz um benefício para o segurador.

Contudo, o segurador assume o risco que o tomador lhe transferiu, comprometendo-se a pagar-lhe determinada indemnização caso se venha a verificar um determinado evento futuro e incerto que está assegurado, do qual resulta um benefício para o tomador de seguro.

2.4.5. Contrato aleatório

Uma vez, que o contrato de seguro está dependente de um facto fortuito e incerto, ou sejam, uma *a/ea*. Com a ocorrência, desse facto fortuito e incerto, as partes podem vir a obter um ganho ou uma perda, devido à aleatoriedade intrínseca do contrato de seguro.

O segurador só terá a obrigação do pagamento da indemnização se o determinado facto fortuito e incerto vier a acontecer, enquanto, a obrigação do tomador de seguro é certa e consubstancia-se no pagamento do respetivo prémio de seguro.

2.4.6. Contrato sucessivo

O contrato de seguro é sucessivo, uma vez que a sua execução perdura enquanto se mantiverem os efeitos do contrato.

Após a celebração do contrato, as partes não se podem libertar das obrigações assumidas durante a vigência do contrato, ou seja, o segurador com a assunção do risco não o faz só para determinado período, mas sim ao longo da vigência do contrato. No que respeita ao pagamento do prémio, o tomador de seguro pode não efetuar um único pagamento, advindo do carácter sucessivo do contrato de seguro.

Assim como, no risco coberto se agravar e se tornar necessário emitir um prémio adicional em fase desse agravamento.

2.4.7. Contrato de boa-fé

A base do contrato de seguro são as declarações prestadas pelo tomador de seguro, a partir do qual o segurador vai avaliar o risco, ponderar a assunção ou recusa do mesmo e fixar o valor do prémio a pagar pelo tomador de seguro.

Assim, se este omitir ou prestar declarações inexatas, dolosas ou negligentes, está a desvirtuar a análise que o segurador faz do risco que se pretende assegurar, fazendo com que o segurador possa estar a aceitar um determinado risco, que caso soubesse das reais condições do mesmo, não aceitaria em condições manifestamente diferentes daquelas que efetivamente veio a aceitar.

Os artigos 25.º e 26.º da LCS, estabelecem o regime específico para essas situações de omissões ou inexatidões, que refletem o facto de o contrato de seguro se basear nos princípios da boa-fé, estando perante uma máxima da boa-fé (*uberrimae bona fidei*).

2.4.8. Contrato típico

Trata-se de um contrato típico, uma vez que só existem os contratos e modalidades de seguro que estejam expressamente previstos na Lei, sendo esta matéria regulada pelo Decreto-Lei n.º 94-B/98, de 17 de abril.

3. O Risco e o Seguro

3.1. O risco como elemento essencial do seguro

É comum dizer-se que não há seguro se não houver risco.

No que respeita à qualificação do contrato de seguro, este está obrigado a mencionar qual ou quais os riscos que o tomador pretende assegurar. Ou seja, só é contrato de seguro, quando as partes se referem a um risco.¹³

Já quanto à admissibilidade, é exigível por lei a existência de um risco, tanto à data da celebração do contrato, tanto durante toda a vigência do contrato de seguro (n.º1 do art.44.º LCS)¹⁴. No caso de o risco não existir aquando da celebração do contrato de seguro, tal é nulo, ao passo que se durante a vigência do contrato o risco deixar de existir, o contrato caduca no momento em que tomamos conhecimento que o risco não viria a existir, uma vez que o risco será sempre um risco futuro (n.º3 do art. 44.º LCS).

Ora se o risco é inerente ao seguro e visa o interesse do tomador em cautelar esse risco, porque trata a lei portuguesa de forma diferenciada a inexistência de risco ou de interesse no seguro?

A declaração inicial do risco, contemplada na lei vem assegurar a correspondência entre o risco e os seus reflexos no âmbito do contrato (art. 24.º LCS).

Se dissemos à pouco que a cessação do risco exclui a necessidade de o cobrir, faz com que o segurado perca interesse na cobertura. Devemos analisar o risco segundo a sua causa operativa, distinguindo-se consoante falte o interesse por faltar o risco ou falte o risco por faltar o interesse. Facilmente percebemos isso, se pegarmos em exemplos como o caso do seguro de incêndio, aqui o que se assegura não é o risco dos danos patrimoniais resultantes de um incêndio, mas sim o risco de incêndio. Neste exemplo o risco seguro (risco de incêndio) diverge do risco primário (assegurar os danos patrimoniais), aqui assistimos à cessação do risco e à ocorrência do sinistro.

O termo “conhecimento” que consta do artigo 44.º da LCS, resulta do conhecimento que as pessoas têm da inexistência ou cessação do risco. Entendemos que quando se o segurador, o tomador ou o segurado tenham avaliado o risco como inexistente, aquando da sua celebração implicará a nulidade do contrato. A falta de risco, ou do interesse sempre implicaria a nulidade ou a

¹³ Margarida Lima Rego, “o risco e as suas vicissitudes” in Temas de direito dos seguros, pag. 1, no qual vamos seguir de perto ao longo deste capítulo pags 1-14.

¹⁴ Cfr. arts. 1.º, 24.º, 37.º n.º2 al.d) e 110.º todos da LCS

caducidade do seguro, uma vez que não haveria objecto do contrato. Se hipoteticamente não houvesse esta norma legal aplicável ao contrato de seguro, aplicar-se-ia a regra do direito civil, no que respeita à impossibilidade do objecto.¹⁵

Quando o segurado tiver conhecimento, aquando da celebração do contrato de seguro, de que ocorreu o sinistro, encontra-se de má-fé, tratando-se aqui de uma má-fé subjectiva¹⁶, prevista pelo artigo 44.º, n.º6 da LCS.

3.2. As alterações do risco com a nova lei do contrato de seguro

A lei portuguesa atual mostra-se mais preocupada com as consequências do risco e das suas alterações, que anteriormente não previa.¹⁷

Os artigos. 91.º a 94.º da LCS, delimitam a informação a prestar ao segurador na vigência do contrato, sendo que nem o tomador do seguro, nem o segurado têm de informar o segurador das circunstâncias que, se fossem deles conhecidas na data de celebração do contrato, não estivessem obrigados a mencionar na declaração inicial do risco. Este dever de “informar” relaciona-se diretamente com a matéria das alterações do risco (artigo 24.º LCS).

Assim, se entende, que o momento crucial para a qualificação é o momento da celebração do contrato, uma vez que perante a necessidade de atualizar a declaração inicial do risco emitida com a proposta do tomador do seguro será regulada pelo primeiro desses regimes, se essa necessidade surgir ainda antes de aceite a proposta pelo segurador, ou do momento em que o contrato se considera celebrado, na falta de aceitação.

A Dra. Margarida Lima Rego, fala na existência de “(...) alterações que configuram uma modificação da realidade cuja descrição integra o conteúdo normativo do contrato – a lex contractus”.

¹⁵ Menezes Cordeiro, in “Tratado do direito civil português”, I-I, 3ª edição, Coimbra 2005, p.674.

¹⁶ Por proximidade ao artigo 291.º, n.º 3 Do Código Civil

¹⁷ “Ainda assim, existiam algumas disposições que reflectiam esta preocupação. Era o caso dos arts. 446.º e 459.ºCCom. Estes preceitos legais regulavam (i) as consequências de a coisa segura ser dado outro destino ou lugar relativamente ao estipulado no contrato; (ii) as consequências das mudanças de profissão, de estado e de modo de vida por parte da pessoa segura. Se fossem tais que, sendo originárias, houvessem determinado, se conhecidas, a recusa da celebração do contrato ou a celebração do contrato em condições distintas, conferiam ao segurador o direito de resolver o contrato. A lei falava impropriamente na «anulação» do contrato, mas no primeiro artigo tratava-se de caducidade do contrato e no segundo de um direito de resolução do contrato, conferido ao segurador em ambos os artigos. Cfr. L. CUNHA GONÇALVES, cit. supra n. 21, pp. 629-632. Cfr. ainda o art. 608.º CCom” - Margarida Lima Rego.

Não podendo normalmente dizer-se que o tomador do seguro está obrigado a manter o status quo descrito, pode no entanto afirmar-se que a alteração ocorrida altera a atribuição do segurador.

Pense-se no exemplo de um seguro de acidentes pessoais. O cálculo do prémio poderá depender, em maior ou menor grau, das informações fornecidas pelo tomador, nomeadamente sobre as actividades profissionais ou extra profissionais habitualmente desenvolvidas pela pessoa segura. Dependendo das exclusões aplicáveis, o montante final do prémio poderá ser distinto nos casos de um bombeiro e de um contabilista. E serão ainda tidas por relevantes, designadamente, pelo menos na medida em que não sejam objecto de exclusão, circunstâncias como a prática de desportos radicais por parte da pessoa segura. Isto significa que, no contrato de seguro, estas declarações iniciais fazem parte da configuração do próprio risco coberto, de modo que, em caso de alteração, o facto, por exemplo, de o contabilista decidir desistir da sua carreira em busca da realização do sonho de se tornar bombeiro não configura apenas uma alteração de circunstâncias exteriores ao contrato, i.e., da chamada base do negócio, na expressão da nossa lei, com origem alemã. Essa alteração configura uma modificação da realidade cuja descrição faz parte do próprio texto contratual.

Consistindo o contributo do segurador para a economia do contrato, num primeiro momento, na sua vinculação a suportar um risco, sujeitando-se a ter de pagar uma indemnização em caso de sinistro, o agravamento do risco que o segurador toma para si modifica substancialmente esse contributo, tornando-o mais pesado. Pelas regras gerais do sinalagma, impõe-se, sempre que isso ocorre, reconhecer ao segurador o direito de ajustar o montante do prémio a pagar em troca da protecção do seguro, ou, caso a modificação seja de tal ordem que o segurador satisfaça o ónus da prova de que não celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes do agravamento em apreço, o direito de o resolver.

Assim, não podendo, efectivamente, afirmar-se que, uma vez celebrado o contrato, o tomador do seguro está obrigado a não agravar o risco suportado pelo segurador, deverá entender-se, atendendo ao regime das alterações do risco, que sobre o tomador do seguro e o segurado impende o ónus de não agravarem o risco.”

Contudo, há alterações que configuram tão só, perturbações externas, que normalmente são irrelevantes, a não ser quando configuram alterações das circunstâncias previstas no artigo 437.º do Código Civil.

Todas as alterações do risco (diminuição do risco, agravamento do risco, ou alterações que não modifiquem a graduação do risco) constam do artigo 91.º LCS.

As alterações que promovem uma diminuição do risco constam do artigo 92.º LCS.

As exigências de uma “*diminuição inequívoca e duradoura*”¹⁸ do risco tem o intuito de limitar as circunstâncias que conferem ao tomador do seguro a faculdade de solicitar uma redução do prémio.¹⁹

Assim, cabe ao segurador a medição do risco para que este possa apurar o valor real da diminuição do prémio, em virtude de uma diminuição do risco. No entanto, no caso de um tomador de seguro requerer a diminuição do prémio, e o segurador assim não o entender, nada obriga o segurador a aceitar a redução do prémio requerido. O tomador não tem o direito de impor a sua posição, sendo-lhe apenas reconhecido o direito à resolução do contrato. Apenas os tribunais competentes poderão dirimir este conflito em caso de não entendimento entre o tomador de seguro e o segurado.

Sem prescindir, que o tomador do seguro quando pretenda requerer uma redução do prémio tem o ónus de comunicar ao segurador, diferente do dever de informação, da ocorrência de uma eventual diminuição do risco.

No que ao agravamento do risco diz respeito surge o artigo 93.º LCS, quando aplicado juntamente com o artigo 91.º, conseguimos retirar que o tomador do seguro, assim como, o segurado, não têm o dever de informar o segurador de circunstâncias que, se fossem deles conhecidas à data da celebração do contrato, não estivessem obrigados a mencionar na sua declaração inicial do risco.²⁰

Para se qualificar o risco, as circunstâncias imputadas ao tomador do seguro ou ao segurado, não relevam, sendo independentes as consequências da ocorrência de um sinistro por causas que poderão dar lugar a um agravamento do risco.

¹⁸ Cfr. artigo 92.º n.º1 LCS

¹⁹ “*Houve algum receio de com a solução consagrada no preceito causar mais dano do que ganho, ao dar azo a grandes quantidades de pedidos de redução do prémio*” in Margarida Lima Rego, “o risco e as suas vicissitudes” in Temas de direito dos seguros, pag 9.

²⁰ Veja-se artigo 93.º LCS: “estas, caso fossem conhecidas pelo segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.”

Saliente-se que as circunstâncias de risco que não digam respeito ao tomador ou ao segurado em particular, não têm a obrigação de levar ao conhecimento do segurador, por essas mesmas circunstâncias serem de cariz genérico, cabendo ao segurador fazer esse levantamento estatístico.

4. LOCAÇÃO FINANCEIRA

4.1. Locação financeira *vs leasing*

É usual entender a expressão inglesa *leasing*, como sinónimo de locação financeira, desde logo, porque a mesma resulta do art.1.º do Decreto-lei n.º 135/79, de 18 de Maio: “*As sociedades de locação financeira são instituições parabancárias que têm como objecto social exclusivo o exercício, nos termos do presente diploma e demais legislação aplicável, da actividade de locação financeira (leasing)*”.

No entanto, a lei portuguesa com o regime de locação financeira, não prevê tudo quanto a expressão internacional “leasing” prevê. A noção de *leasing*,²¹ tal e qual, ela é usada no mundo nos negócios, é a seguinte:

- « *A lease is an agreement whereby the leaser conveys to the lessee in return for a payment or series of payments the right to use an asset for an agreed period of time*»;

- « *A finance lease is a lease that transferred substantially all the risks and rewards incident to ownership of an asset. Title may or may not eventually be transferred*»;

- «*An operating lease is a lease other than a finance lease*».

A definição legal de locação financeira é a de “*contrato pelo qual uma das partes se obriga, mediante retribuição, a ceder à outra o gozo temporário de uma coisa, móvel ou imóvel, adquirida ou construída por indicação desta, e que o locatário pode comprar, decorrido o período acordado, por um preço nele determinado ou determinável mediante simples aplicação dos critérios nele fixados*” (art. 1.º do Dec.-lei 149/95, de 24 de Junho, tendo sido alterado pelo atual Dec.-lei 30/2008, de 25 de Fevereiro). No essencial, tal definição mantém-se igual ao primeiro diploma que definiu o tipo contratual em causa (art.2.º, n.º2, do Dec.-lei 135/79, de 18 de Maio).

O contrato de locação financeira por várias vezes, implica a celebração de outros contratos, sendo “*como um núcleo apto a suportar os fenómenos da união de contratos e dos contratos mistos*”. Assim, a locação financeira é um contrato oneroso, sinalagmático, biviculante, temporário - mas originando relações duradouras, e de feição financeira²².

²¹ Noção retirada do texto de Rui Pinto Duarte, “O Contrato de Locação Financeira – Uma síntese”, no livro de homenagem a Paulo Merelo Sendin, em que o autor se baseia no *International Accounting Standard (IAS) 17*, relativo aos *Leases*.

²² António Menezes Cordeiro, Manual de Direito Bancário, 1998, págs. 551 a 557.

4.2. Locação financeira e «propriedade económica»

É corrente dizer-se que o locatário financeiro tem a «propriedade económica» da coisa locada, visto ser ele o utilizador exclusivo da coisa, o que se reflete em diferentes regras:

- o risco de perda ou deterioração do bem locado corre por conta do locatário (artigo 15 do Dec.-lei 149/95, de 24 de Junho);

- em caso de a locação versar sobre fração autónoma, cabe ao locatário pagar as contribuições para o condomínio (artigo 10, n.º1, alínea b), do Dec.-lei 149/95, na redação do Dec.-lei 265/97, de 2 de Outubro);

- o locatário financeiro é equiparado a proprietário para efeitos de legislação relativa ao licenciamento de veículos automóveis e seus reboques (Dec.-lei 11/84, de 7 de Janeiro);

- a que, na redação primitiva do atual Código da Estrada (aprovado pelo Dec.-lei 114/94, de 3 de Maio), referia expressamente a locação financeira de veículos como fundamento da atribuição aos locatários de “posse efectiva” sobre os mesmos e, por força disso, de responsabilidade pelas infrações relativas às disposições condicionantes da admissão dos veículos ao trânsito (art. 136.º, n.º2)²³.

Ao passo que o locador tem o poder de recuperar a «propriedade plena» nos casos de incumprimento pelo locatário ou de não exercício por este do seu direito de aquisição.

Escreve Rui Pinto Duarte, a este propósito que *“do ponto de vista do Direito Privado, essa «divisão de propriedade», exprime-se tanto à posição do locador financeiro (o direito de propriedade onerado pela locação financeira) como a posição do locatário financeiro serem transmissíveis (voluntariamente ou forçadamente) – sem que o seu conteúdo seja alterado. Quem adquirir aos primitivos: locador financeiro e locatário financeiro as suas posições suportará, no primeiro caso, a possibilidade de vir a perder a «propriedade jurídica (em contrapartida das rendas e do preço – dito «valor residual» - que receberá) e, no segundo caso, gozará da possibilidade de vir a adquirir tal propriedade (pagando as rendas e o preço).”*

²³ Regra essa, entretanto, substituída por uma mais geral que atribui responsabilidade por tais infracções aos titulares do documento de identificação do veículo (art.135.º, n.º3, alínea b) do Código da Estrada na redacção do Dec.-lei 44/2005, de 23 de Fevereiro).

4.3. Os sujeitos do contrato de locação financeira

Quando falamos do contrato de locação financeira surge-nos logo a ideia de uma relação tripartida, ao que na verdade são apenas dois os sujeitos deste contrato: a entidade locadora e o locatário utilizador do bem. O fornecedor é alheio à locação financeira, não sendo por isso parte neste contrato.

Conforme decorre da lei²⁴, locador, só podem ser os bancos, as sociedades de locação financeira e as instituições financeiras de crédito (IFIC). Quanto à posição do locatário financeiro, atualmente não há restrições.

No entanto, e apesar de ser o locatário que vai utilizar a coisa, é o locador que contrata com o fornecedor, a relação do locatário com o fornecedor é apenas relativa ao funcionamento do bem, uma vez que a nossa legislação permite que o locador contrate diretamente com o fornecedor sem que o locatário o represente, muito embora o faça por instruções deste.²⁵

Mokhtar Bey²⁶, autor francês, dedicou-se ao estudo da relação tripartida fornecedor – locador – locatário.

Bey, entendia esta relação em três figuras distintas: o mandato, a venda (locador – locatário) e a locação. Seria através do mandato, outorgado pelo locador, que o locatário receberia a coisa, assim, como também seria por mandato que o locatário poderia demandar judicialmente o fornecedor. Sendo certo, que outros autores houveram²⁷, a debruçarem-se sobre este assunto, utilizando também a figura do mandato no sentido oposto (o locatário a outorgar mandato sobre o locador), criticando e contrariando a teoria de Bey o que levou a que a sua teoria não lograsse.

Em Portugal, os artigos 12.º e 13.º do Dec.-Lei 149/95 conferem, que o locador não responde pelos vícios da coisa locada, e que o locatário pode exercer contra o vendedor ou o

²⁴ LUÍS BIGOTTE CHORÃO, "Apropósito das Societas e do Consórcio", in Estudos em homenagem ao Prof. Doutor Raúl Ventura, vol. I, FDUL/Coimbra Editora, 2003 – «as entidades habilitadas a exercer a actividade de locação financeira podem constituir consórcios para a realização de operações que constituem o seu objecto» - art.7.º do Dec.-Lei 72/95, na redacção do Dec.-Lei 285/2001, que de resto, no essencial, reproduz o art. 8.º do Dec.-Lei 103/86, o qual, por sua vez, tinha mantido o essencial do art.10.º do Dec.-Lei 135/79, de 18 de Maio – deixando dúvida se os «consórcios» cabem na figura que o Dec.-Lei 231/81, de 28 de Julho regula.

²⁵ Art.13.º do Dec.-Lei 149/95 "quando disso seja caso, todos os direitos relativos ao bem locado ou resultantes do contrato de compra e venda ou de empreitada".

²⁶ MKHART BEY, "De la Symbiotique dans les Leasing et Crédit-bail Mobiliers", Paris, Dalloz, 1970.

²⁷ V.CARLOS VIDAL BLANCO, El leasing, Madrid, Edit. Instituto de Estudios Fiscales, 1977 pp 130.

empregueiro, quando disso seja caso, todos os direitos relativos à coisa locada. O que resulta na atribuição por lei a sub-rogação legal do locatário nos direitos do locador contra o fornecedor²⁸.

4.3.1. As obrigações do locador

As obrigações do locador são essencialmente três:

- Adquirir ou fazer construir o bem;
- conceder o gozo do bem;
- vender o bem.

Resultam do art.º 9, n.º1, do Dec.-Lei 149/95, em que resulta uma ideia de que a locação financeira contém uma promessa unilateral de venda, assim como uma proposta de venda. Ambas as construções são possíveis sobretudo se o objecto do contrato for um bem móvel.

4.3.2. As obrigações do locatário

A lei impõe várias obrigações ao locatário, segundo o art.º10, n.º1 do Dec.-Lei 149/95:

- pagar as rendas;
- fazer um uso prudente do bem;
- assegurar a conservação do bem;
- aplicar o bem no fim a que se destina;
- facultar ao locador o exame do bem locado;
- avisar o locador de vícios do bem, de perigos que o ameacem e da invocação de direitos por terceiros;
- efectuar seguros que cubram os riscos de perda e deterioração bem como o de danos por ele provocados – tema pelo qual nos iremos debruçar.

²⁸ Salvo o direito de resolução de compra e venda ou da empreitada ao locatário.

- restituir o bem, no final do contrato, quando a opção de compra não seja exercida;
- nos casos em que o objecto da locação seja uma fração autónoma, pagar as contribuições do condomínio.

Estas obrigações são de mais fácil compreensão, quando comparadas com as obrigações do locatário comum previsto no art.º 1083º do Código Civil.

4.4. A entrega da coisa dada em locação financeira

A doutrina diverge, no que diz respeito à responsabilidade do locador no caso de omissão de entrega do bem, ou na sua exoneração.

Calvão da Silva, defende que o locador se encontra adstrito à entrega do bem, podendo o locatário exercer junto dele os direitos decorrentes da omissão da entrega, fundamentando a sua tese, no dever que o locador tem de conceder o gozo do bem, uma vez que, este entende que “*a entrega é instrumental da concessão do gozo*”³⁰. Ou seja, o locador deve entregar o bem para conceder o gozo do mesmo ao locatário pelo período contratual a que estão adstritos.³⁰

Posição contrária, é a de Rui Pinto Duarte, que entende que o locador não é responsável pela entrega do bem ao locatário, o que faz com que o locatário não se encontre exonerado do cumprimento da prestação de renda perante o locador, no caso de a entrega não ocorrer. Fundamenta esta tese, nos artigos 12.º e 13.º do DL 149/95, que no seu entendimento consagram “*a isenção de responsabilidade (e da possibilidade de melhor definição dessa isenção pelos contratos) do locador financeiro pela realização de prestações a cargo do fornecedor*”.³¹

²⁹ Calvão da Silva, *Locação Financeira e garantia bancária*, em *Estudos de Direito Comercial (Pareceres)*, Coimbra, 1999, p. 22

³⁰ Cabanillas Sanchez, em Espanha, defende a mesma tese sustentada por Calvão da Silva, entendendo que há incumprimento do contrato de locação financeira, na falta de entrega do bem, não sendo válidas as cláusulas que isentam o locador dessa responsabilidade. Na jurisprudência, também se encontram algumas decisões que acolhem esta doutrina, veja-se o Ac.STJ, de 22.11.1994; o Ac. STJ, de 17.02.2000; Ac. Rel. Lisboa, de 20.05.1999, entre outros.

Gravato Morais, Fernando, in, *Manual de Locação Financeira*, 2ª Edição, Almedina 2011, pp 172 e ss.

³¹ Pinto Duarte, Rui, *Escritos sobre Leasing e Factoring*, Cascais, 2001

Também no estrangeiro, encontramos esta divisão de doutrinas, pesa embora os fundamentos por vezes diverjam. No que respeita à nossa jurisprudência, também esta se encontra dividida, não havendo à data de hoje um acórdão uniformizador para esta questão.³²

4.5. Desconformidade da coisa com o contrato no regime jurídico da locação financeira

4.5.1. Exoneração da responsabilidade do locador³³

Em face do DL 149/95, de 24 de Junho, nos seus artigos 12.º e 13.º, procuramos identificar o responsável perante o cumprimento defeituoso do contrato, procuramos saber qual a tutela do locatário financeiro.

O artigo 12.º refere que, “*o locador não responde pelos vícios do bem locado ou pela sua inadequação face aos fins do contrato (...)*”. Em Portugal, assim como noutros países, em que o problema não está regulamentado expressamente, entende-se que o locador não responde em face do locatário no caso de desconformidade da coisa com o contrato.

Leite de Campos³⁴ entende que, o locador sub-roga o locatário em todos os direitos, sendo que este tem o direito, mas também o dever ou pelo menos o ónus de o fazer; ressalva porém, a hipótese de o locador financeiro se comportar como um “normal” locador, em que nesse caso será responsável perante o locatário. Afirmando assim, a isenção do locador de qualquer responsabilidade, uma vez que foi o locatário que fez a escolha do bem, atribuindo-se ao locador um “*papel meramente financeiro*”.³⁵

³² Ac. STJ, de 22.11.1994; o Ac. STJ, de 17.02.2000; Ac. Rel. Lisboa, de 20.05.1999, versus, Ac. STJ, de 14.04.2011; Ac. Rel. Lisboa, de 8.11.1994; Ac. STJ, de 21.05.1998.

³³ Gravato Morais, Fernando, Manual de Locação Financeira, Almedina 2006, pp 125 e ss.

³⁴ Leite de Campos, A Locação financeira, cit., pp. 148, 108 e 109

³⁵ Rui Pinto Duarte, vai ao encontro do mesmo entendimento que Leite Campos, em “Escritos sobre leasing...”, cit., pp. 56 e 57, 184 e 185.

Calvão da Silva³⁶, ainda no mesmo seguimento, refere que em razão da vocação principal do locador ser a de “*intermediário financeiro*” e atendendo que o locatário escolheu a coisa e ele quem a vai usar, “*nada mais natural*”, do que a isenção de responsabilidade do locador.^{37/38}

No entanto, certos autores, defendem que a exoneração do locador financeiro perante o locatário está dependente da possibilidade de exercício dos direitos junto do fornecedor. No caso, Giorgio de Nova³⁹ admite a validade de uma cláusula de exoneração total do locador financeiro no pressuposto de que o locatário “*seja efetivamente posto em condições de tutelar os seus interesses no confronto com o fornecedor*”.

Assim e conforme conclui Gravato Morais, “(...) *o locador financeiro desenvolve um papel totalmente diferente do mero locador. Financia o gozo da coisa (que concede ao locatário) entregando o “montante mutuado” ao vendedor. Desinteressa-se do objeto, que desconhece e que não passa sequer pelas suas mãos, pois é entregue diretamente pelo fornecedor ao locatário. Apesar disso, mantém durante o período de vigência do contrato a propriedade da coisa para determinados fins.*”

Quando o art.12.º refere “*vícios do bem locado*”, tal expressão deve ser entendida em sentido amplo, englobando qualquer tipo de desconformidade da coisa com o contrato, seja ela decorrente de qualquer vício da coisa que a desvalorize, seja ela resultante, entre outras, da falta de qualidades do bem asseguradas pelo vendedor, da qualidade diversa da devida ou da prestação de coisa de tipo diverso da devida (*aliud pro alio*).⁴⁰ Já quando o mesmo artigo utiliza a expressão “*inadequação face aos fins do contrato*”, refere uma relação com a utilidade a retirar do bem que se infere do contrato, podendo ser “uma finalidade normal de coisas da mesma categoria ou uma aptidão particular, acordada de modo implícito ou explícito”.⁴¹

³⁶ Calvão da Silva “Locação financeira e garantia bancária”, cit., p.23.

³⁷ Os Tribunais Portugueses, têm seguido esta orientação, como é o caso do Ac. Rel. Guimarães, de 6.10.2004 (*Vieira e Cunha*, CJ, 2004, I, p.280), em que as justificações são em razão da escolha do bem pelo locatário e a circunstância de o locador se limitar ao seu papel de mero financiador

³⁸ González Castilla (*in Leasing financeiro mobiliário*, cit., p.183), afirma que a “solução lógica é a de manter a responsabilidade do vendedor, excluindo o financiador da responsabilidade no tocante às vicissitudes do bem”, dizendo ainda que a causa da exoneração resulta da circunstância do locador “esgotar a sua pretensão mediante o pagamento do preço do bem ao vendedor”.

³⁹ Il contratto di leasing, cit., p.40.

⁴⁰ A este propósito, ver Gravato Morais, União de contratos de crédito e de venda para o consumo, cit., pp 113 e 114.

⁴¹ Romano Martinez, Direito das obrigações, cit., p.123

Desta forma, facilmente se entenderá, que o conceito de defeito no regime jurídico da locação financeira, vai ao encontro das noções que decorrem no Código Civil (atr.193.º), quer do regime jurídico da venda de bens de consumo (art.2.º, n.º 2 DL 67/2003, de 8 de Abril).

Assim e como princípio geral, o locador financeiro é colocado à margem de qualquer conflito resultante da compra e venda.

4.5.2. Casos de Não exoneração da responsabilidade do locador

Nos ordenamentos jurídicos, que são omissos quanto à regulação de uma cláusula que faculte ao locatário o exercício dos direitos perante o vendedor, a doutrina tem adotado pela exoneração da responsabilidade do locador.

Ao colocarmos o locador, à margem de qualquer conflito resultante da compra e venda, resulta que em caso de um eventual litígio relativo a um defeito da coisa dada em locação financeira, tal deva ser dirimido entre o vendedor e o locatário financeiro, ou seja, no caso limite é o locatário financeiro a suportar o risco de insolvência por parte do vendedor.

Tal se deve, desde logo, ao facto de ser o locatário financeiro quem escolhe o bem assim como o fornecedor; ao passo que, o locador se basta, pelo financiamento do gozo temporário de um bem, sendo essa a razão principal que subjaz à sua aquisição.

Contudo, tal isenção de responsabilidades por parte do locador, não pode ser absoluta, uma vez que o artigo 12.º do DL 149/95, prevê alguns casos de responsabilização, como o da sua eventual ilegitimidade.

Além disso, vejamos que em determinada situação em concreto, o locador conhece da existência de defeitos da coisa, e ainda assim, a adquiriu e cedeu o gozo ao locatário. O locador financeiro deve garantir a “exacta correspondência” entre o bem indicado pelo locatário e o bem adquirido ou construído.

Nesta situação, o locador seria então responsável perante o locatário.

4.6. Os meios de defesa do locatário

Não obstante, a exoneração da responsabilidade do locador que analisamos anteriormente, o locatário não deixa de estar tutelado.

O artigo 13.º do DL 149/95, estabelece que: *“o locatário pode exercer contra o vendedor empreiteiro, quando disso seja caso, todos os direitos relativos ao bem locado ou resultantes do contrato compra e venda ou de empreitada”*; ou seja, o locatário pode dirigir-se ao vendedor ou empreiteiro, no sentido de exercer os seus direitos emergentes do respetivo contrato em causa, no que respeita ao cumprimento defeituoso do mesmo.

Assim, o locatário vê assegurado o pacífico gozo da coisa, sendo-lhe concedido os meios necessários para que possa reagir perante o vendedor, de forma direta e autónoma.

Há mesmo quem entenda que o artigo 13.º, estabelece o ónus de o fazer, como refere o Acórdão da Relação de Guimarães, de 06.10.2004, ao dizer: *“(...) cabe ao locatário acionar o produtor-vendedor pelos defeitos da coisa, tendo mesmo o ónus de o fazer, pois, caso contrário, suportará os prejuízos daí decorrentes (...)”*, no nosso entendimento tal preceito legal estabelece um dever jurídico, porém a jurisprudência não tem sido unânime.

4.6.1. Desconformidade no momento da entrega.⁴²

No momento da entrega da coisa, quando se constata a existência de desconformidade com o contrato, o locatário pode recusar a prestação.

Afirma Romano Martinez, que *“se o credor não está obrigado a receber uma prestação cuja quantidade não corresponda à devida, também não pode compelido a aceitar um cumprimento quando a qualidade seja diversa da acordada”*⁴³. Neste sentido, a doutrina tem vindo admitir o exercício deste direito, com base no artigo 763.º, n.º 1 CC, que estabelece o princípio da integralidade. No entanto, uma mera desconformidade não permite ao locatário a recusa da coisa, uma vez que, este princípio está dependente do princípio da boa fé, conforme o artigo 762.º, n.º 2 CC.

⁴² Seguiremos ao longo deste capítulo, Fernando Gravato Morais, in *Manual de Locação Financeira*, 2ª Edição, Almedina 2011, pags. 194 e ss.

⁴³ Romano Martinez, Cumprimento Defeituoso em especial na compra e venda e na empreitada, 1994, psg. 321.

Assim, ou estamos perante a mora do vendedor, em que o locatário exige o cumprimento, ou seja, a reposição da conformidade, ou estamos perante um incumprimento definitivo do contrato de compra e venda.

4.6.2. Desconformidade constatada em momento posterior ao da entrega

No caso de não se verificar a desconformidade da coisa no ato de entrega o locatário, dispõe ainda de outros meios de defesa, nomeadamente:

- Direito ao exato cumprimento do contrato, sob a forma de reparação ou de substituição da coisa, por aplicação do artigo 914.º CC;

- Redução do preço e resolução do contrato de compra e venda – nesta hipótese, existem várias orientações doutrinárias, umas defendem que a sub-rogação legal do locatário financeiro não é total e que a resolução do contrato colocaria em crise os interesses do locador⁴⁴; ao passo que outras defendem que o locatário pode exercer qualquer ação ou direito contra o fornecedor por incumprimento, inclusive a resolução do contrato⁴⁵ - a posição por nós adotada, coincide com a segunda orientação defendida, entre outros, por Diogo Leite Campos, uma vez que, se o locatário não poder deitar mão do direito de resolução do contrato, assim como da redução do preço, viria a sua esfera jurídica bastante reduzida, o que traduz um desequilíbrio negocial, visto que permanece obrigado a pagar as rendas ao locador, o que não nos parece adequado, uma vez que é o locatário que suporta determinados riscos do contrato de compra e venda, estando o locador financeiro exonerado de responsabilidades como podemos analisar no ponto anterior.

- Direito a ser indemnizado pelo devedor, por danos causados.

No que diz respeito a prazos, aplicam-se os estabelecidos no Código Civil, para o Contrato de Compra e Venda.

4.6.3. O dever de comunicação do vício ao locador

A alínea i) do artigo 10.º do DL 149/95 estabelece que o locatário financeiro, sempre que tenha conhecimento dos vícios no bem, deve avisar imediatamente o locador.

⁴⁴ Veja-se a propósito desta doutrina, Rui Pinto Duarte in “Escritos sobre Leasing e Factoring”, Cascais, 2001, pg.57

⁴⁵ Leite de Campos in “A locação financeira”, Lisboa, 1994, pgs 102 e 103.

Esta obrigação resulta desde logo, do simples facto de ser o locatário quem dispõe materialmente do bem e que tem a possibilidade de o usar, devendo por isso comunicar tais factos ao “proprietário jurídico”, para que este conheça da existência de vicissitudes no bem que lhe pertença.

Não obstante, o facto de não ser exigida forma especial para o aviso, o certo é que deve fazer-se por escrito e o mais breve possível. Pelo que, o incumprimento do dever de aviso imediato, implica que o contrato de locação financeira permanece imune às vicissitudes, podendo ainda gerar a obrigação de indemnização pelos prejuízos causados.

Pelo contrário, no caso de o locador ter sido avisado das vicissitudes antes de efetuar o pagamento do preço, e ignorar o aviso, procedendo ao pagamento, poderá ser responsabilizado pelas deficiências da coisa.

5. RISCO DE PERDA E RISCO DE DETERIORAÇÃO DA COISA

5.1. Imputação do risco ao locatário financeiro

Dispõe o artigo 15.º do DL 149/95, supletivamente que “*o risco de perda ou deterioração da coisa corre por conta do locatário*”.

Assim, o locatário suporta, os riscos de destruição, de furto, de roubo, de inundação, de explosão, de desgaste anormal do bem locado pelo valor de reposição.⁴⁶

O facto de o locatário ser o proprietário económico da coisa, gozando o bem na vigência do contrato, suportando com todos os custos provenientes da sua conservação e utilização, onde daí se retira o princípio geral, de que os riscos relativos ao gozo do bem ficam a cargo do locatário financeiro.

Já do lado do locador, a propriedade jurídica da coisa serve apenas para tutelar os seus específicos interesses, designadamente o de assegurar o risco de inadimplemento do locatário, limitando-o ao financiamento concedido.

A orientação maioritária defende linearmente que o locatário permanece responsável ainda que a causa da perda não lhe seja imputável. Ou seja, ainda que o bem se deteriore por um terceiro, a responsabilidade recai sobre o locatário. Tal posição assenta na ideia de que é o locatário quem tem a guarda do bem locado, sendo o locador apenas o seu proprietário jurídico.⁴⁷

A lei, diga-se que enquanto norma supletiva, não restringe o risco do locatário a factos que lhe sejam imputáveis. A *ratio legis*, é a de fazer com que o locador financeiro permaneça à margem de qualquer vicissitude que afete a coisa, transferindo para o locatário a responsabilidade que não decorra de facto do locador.

Entenda-se que o gozo da coisa concedido ao locatário tem um alcance amplo, diferente do gozo da coisa imposto ao mero locador, pelo que não cabe aplicar a parte final do artigo 1044.º do CC.

Posto isto, denota-se um regime diferenciado do previsto para a mera locação, em que determina o artigo 1044.º do CC que “*o locatário responde pela perda ou pelas deteriorações da*

⁴⁶ No estrangeiro, a orientação vai no mesmo sentido, quando não vem nada exposto no clausulado contratual. Em Espanha veja-se GARCIA GARNICA, El régimen jurídico..., cit. Pp.212ss; em Itália, ALESSANDRO MUNARI, Il leasing finanziario..., cit., p294.

⁴⁷ Na doutrina Italiana, a questão é discutida na locação financeira imobiliária. BUONOCORE defende que o risco de perecimento fortuito não deve ser suportado pelo locatário (citado por ANGELO LUMINOSO, I contratti tipici e atipici, cit., p. 407). Em sentido diferente vai GARCIA GARNICA, El régimen jurídico..., cit. Pp.212ss.

*coisa, não excetadas no artigo anterior (1043.º do CC), salvo se resultarem de causa que lhe não seja imputável nem a terceiro a quem tenha permitido a utilização dela”.*⁴⁸

As obrigações a que o locador e o locatário, se encontram adstritos, não são devidas se, por qualquer razão, for impossível o seu cumprimento.

Assim importa saber quem suporta o risco?!

Analisemos no caso de uma mera locação⁴⁹:

A lei responde expressamente que: o risco quanto à coisa locada corre por conta do locador, (art.ºs 796.º e 1044.º do Código Civil).

Ou seja, o locador corre o risco de perda ou de deterioração da coisa e, por isso, se esta se deteriorar por causa não imputável a nenhuma das partes, o locador deverá proceder às necessárias reparações.

No caso de perda, em concreto, não recai sobre o locador o dever de reconstituir ou substituir a coisa. Em contrapartida, o locatário só responde pela perda ou deterioração da coisa se lhe for imputável ou se tiver sido causada por terceiro a quem tenha permitido a utilização dela (art.º 1044 do Código Civil).

Pesa embora a lei não o refira, neste caso, o locatário suporta o risco de perda do gozo que tinha sobre a coisa, não tendo o direito a qualquer indemnização, dado que o contrato caduca pela perda da coisa locada (art.º 1051 n.º 1, al. e) do Código Civil).

Na locação, e, portanto, no aluguer, o programa da prestação do locador reconduz-se a este núcleo fundamental: o locador deve proporcionar ao locatário o gozo do bem no âmbito e para os

⁴⁸ Há uma inversão do *principio res suo dominio perit*, pela configuração peculiar que o direito de propriedade do locador aqui assume e pelo facto de, do ponto de vista económico, o domínio da coisa, tendencialmente por todo o seu período de vida útil, pertencer ao locatário.

⁴⁹ Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, Proc. n.º 1320/08.1YXLSB.L1-2, de 20-01-2011, com o sumário:

“São proibidas, e portanto, nulas – por violação dos art.ºs 18 c) e f), 21 f), 19 c) e 19 g) – as cláusulas contratuais gerais, insertas em contrato de aluguer de veículos automóvel, nas quais se convence que, em caso de imobilização temporária do bem locado, por avaria mecânica, acidente ou outra causa, o locador fica desvinculado da obrigação de substituir o bem mas não o locatário de pagar o aluguer, que, no caso de caducidade do contrato, por perda do bem, o locador tem direito a uma indemnização igual a 80% da diferença entre a indemnização recebida do segurador e o valor das rendas vincendas, que, no caso de resolução do contrato, por incumprimento do locatário, este fica vinculado ao pagamento de uma indemnização igual a 80% das rendas vencidas, acrescida das rendas vencidas, dos juros e do custo da reparação dos danos apresentados pelo bem locado, e que o tribunal competente para a resolução de qualquer litígio emergente do contrato é o da Comarca de Lisboa, respectivamente.”

fins do contrato, não lhe sendo lícito praticar atos que impeçam ou diminuam esse gozo (art.º 1034 n.º 2 e 1037 n.º 1 do Código Civil).

Por sua vez, o locador está, investido numa obrigação de manutenção do gozo que em alguns aspetos é uma obrigação positiva, de *facere*, e noutros, é uma obrigação negativa, de *non facere*.

O locador deve assegurar o gozo do bem ao locatário e, por isso, deve fazer as reparações necessárias para que o gozo do locatário não seja, segundo um princípio de boa fé, significativamente diminuído, as que forem indispensáveis para manter a coisa em estado de corresponder ao seu destino (art.º 762 n.º 2 e 1031.º al. b) do Código Civil).

No que concerne, às situações de deterioração inerentes a uma prudente utilização, em conformidade com os fins do contrato, a obrigação de as reparar não está a cargo do locatário, mas do locador (art.º 1043 n.º 1 do Código Civil).

O locador deve, imperativamente, abster-se, de atos que impeçam ou diminuam o gozo da coisa pelo locatário, embora não seja obrigado a assegurar a este aquele gozo contra atos de terceiro (art.º 1037 n.º 1 do Código Civil).

A obrigação de assegurar o gozo da coisa que vincula o locador – não se tratando, assim, de outra obrigação deste – é o da sua responsabilidade pelos vícios da coisa ou do direito: o locador é responsável pela frustração, quer dizer, pela privação ou diminuição do gozo da coisa pelo locatário, quando a coisa locada ou o direito do locador apresentem vícios (art.º 1031.º al. b), 1032.º e 1034.º do Código Civil).

Quando se trate de vícios propriamente ditos da coisa locada, que não permita, que ela cumpra o seu fim natural, quer da falta das qualidades necessárias para que a coisa realize o fim a que se destina, de harmonia com o contrato, quer, enfim, da falta de qualidades que o locador assegurou ao locatário, o contrato considera-se, por parte daquele, como não cumprido (art.º 1032.º do Código Civil). Responsabilidade que se lhe impõe quer os defeitos anteriores ou contemporâneos da entrega da coisa ou posteriores a esta entrega (art.º 1032.º als. a) e b) do Código Civil).

Assim, em relação aos primeiros, a lei presume que o locador conhecia o defeito, pelo que a sua responsabilidade apenas é excluída se provar que o desconhecia se culpa. Mas, o mesmo sucede no tocante aos defeitos posteriores à entrega do bem locado.

O regime da responsabilidade do locador enquadra-se na figura geral do cumprimento defeituoso ou do mau cumprimento das obrigações: vale, por isso, a fundamental presunção de culpa do devedor, presumindo-se, assim que o locador tem culpa sempre que a coisa locada apresente vícios de direito ou defeitos da coisa (art.º 799.º n.º 1 do Código Civil).

No que respeita aos vícios do direito do locador, o contrato considera-se igualmente não cumprido, desde que sejam determinantes da privação definitiva ou temporária do gozo da coisa ou a diminuição dele por parte do locatário (art.º 1034.º n.ºs 1 e 2 do Código Civil).

Quando a coisa locada ou o direito do locador se encontrar ferida com qualquer destes vícios – e não se verifique nenhum dos casos de irresponsabilidade dele – ao locatário tem direito a pedir àquele uma indemnização pelo não cumprimento do contrato ou a pedir a anulação deste, nos termos gerais, por erro ou dolo, desde que, claro está, se verifiquem os pressupostos correspondentes (art.º 798.º, 1033.º e 1035.º do Código Civil).

Ao passo que no regime de uma locação financeira, a questão é mais complexa, vejamos:

Na locação financeira é o locatário que suporta o risco de perecimento da coisa (artigo 15.º do DL n.º 149/95), assim como o dever de conservar e reparar a coisa (artigo 10.º), ao passo que, na locação, tanto o risco como o dever de conservar, correm por conta do locador.⁵⁰

⁵⁰ Diogo Leite de Campos enumera várias diferenças entre o regime jurídico da locação e da locação financeira, “*Normalmente na locação financeira o locador-proprietário não tem a intenção de usar o bem, de correr os riscos próprios do proprietário, nomeadamente o risco económico de não rentabilidade de coisa e do seu perecimento. O locador-proprietário quer que o bem seja usado, com a assunção integral do risco, pelo utente. O locatário/utente, não pretende obter o (simples) uso de um bem disponível no mercado de locação. Realiza verdadeiramente um investimento, traduzido em parte ou na totalidade do valor do bem, correndo o risco equivalente do seu perecimento ou da sua não rentabilidade. Sendo assim, o locador desinteressa-se da coisa, sob o ponto de vista económico-financeiro que não sob o ponto de vista jurídico. Enquanto que, sob o ponto de vista económico-financeiro, o locatário tem uma “verdadeira” “propriedade útil” do bem. O locador (financeiro) não escolhe o bem, não determina as suas características, não se preocupa com a sua rentabilidade. São tudo assuntos que dizem respeito ao utente. Estamos nos antípodas da posição (do mero) do locador que escolhe o bem de acordo com o seu interesse económico, o oferece, o entrega e o mantém em estado de funcionamento; assumindo os riscos inerentes. Explora-o, em suma. Pelo contrário, o utente escolhe o bem de acordo com as suas necessidades e assume o risco económico da sua utilização. Se esta não for rentável ou o bem não se adequar às suas necessidades, não pode cedê-lo ao fim de um período mais ou menos curto, como acontece na locação (vd. artigos 1.º, 10.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º do referido DL). Depois, na locação as rendas são prestações periódicas, correspondentes a períodos sucessivos, dependentes da duração do contrato, em termos de, desaparecido o bem, desaparecer a obrigação. Pelo contrário, na locação financeira há (“economicamente”) uma obrigação única do devedor, correspondente, “grosso modo”, ao custo do bem, com prestações “fracionadas” no tempo. O locatário aparece, pois, como “proprietário económico” do bem que paga integralmente, ou na sua maior parte, durante o período do contrato, e cujos riscos assume. Continuamos, apesar disso, com alguma incerteza entre os limites de locação financeira e o contrato de locação. O que se compreende dada a génese do contrato de locação financeira, a grande proximidade dos fins de um e de outro.*”

5.2. Obrigação de segurar a coisa

Desde logo a lei impõe ao locatário financeiro a obrigação de segurar a coisa locada na vigência do contrato, contra o risco da sua perda ou da sua deterioração, assim como os danos causados (artigo 10.º, n.º1, al. j) do DL 149/95).

Das apólices de seguro devem constar que o locador financeiro é o proprietário da coisa, devendo a seguradora em caso de sinistro entregar a indemnização a um terceiro. Os contratos de seguro também preveem que os prémios do seguro estão a cargo do locatário, pelo que este deve fazer face ao seu pagamento diretamente à seguradora.⁵¹

Tal imposição pretende: por um lado, evitar o prejuízo económico do locador financeiro, visto que este é o beneficiário da indemnização a pagar pela seguradora; por outro lado, evita um grave desequilíbrio contratual em prejuízo do locatário.

Assim, o locatário está obrigado à conclusão de um contrato de seguro contra danos causados no bem locado, na qualidade de tomador de seguro e o locador como beneficiário de uma eventual indemnização. Pretende-se assim que o seguro deva cobrir na totalidade o “risco da perda ou da deterioração da coisa”.⁵²

Citando o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 11 de Setembro de 2008, do processo n.º 6434/2008-6, que alega uma implícita obrigação de seguro na locação financeira, leia-se:

“I - O contrato de seguro feito pelo locatário a favor da locadora é tipicamente um contrato a favor de terceiro, ou seja, um contrato em que um dos contraentes (o promitente) atribui, por conta e à ordem de outro (o promissário), uma vantagem a um terceiro (o beneficiário), estranho à relação contratual.

II - O terceiro a favor de quem foi convencionada a promessa adquire, como efeito imediato do contrato, seja, independentemente de aceitação, o direito à prestação, ainda que ao promissário

*Neste sentido, não basta fazer uma interpretação das normas da lei, com vista a criar conceitos e subdistinções. Há que aplicar estes conceitos e subdistinções aos casos concretos, no sentido de os subsumir nos quadros da locação ou da locação financeira. O que só se consegue através de um diálogo constante entre a norma e o caso.”*Diogo Leite de Campos - Locação Financeira (Leasing) e Locação in Revista Ordem dos Advogados: Ano 2002 > Ano 62 - Vol. III - Dez. 2002 > Artigos Doutrinais OA

⁵¹ Gravato Moraes, Fernando, in, Manual de Locação Financeira, 2ª Edição, Almedina 2011, pp 133.

⁵² Afirma GONZÁLEZ CASTILLA (in Leasing financiero mobiliário, cit., p. 120), que na verdade o locador pretende assegurar o pagamento das rendas.

se faculte, na ausência de estipulação em contrário, o direito de exigir do promitente o cumprimento da promessa. C.V.”

(...)

“Na sentença sindicanda, condenou-se a Ré a pagar a indemnização atribuída pelo furto do veículo RH à interveniente A., Ld^a, na consideração de que, enquanto proprietária, era a verdadeira lesada pela perda desse veículo.

De tal dissente a recorrente, adiantando que os pagamentos dos “alugueres” mais não são do que pagamentos parciais do preço do veículo que, findo o prazo do contrato, reverterá a favor do possuidor, sobrando para o seu proprietário apenas o direito de ser ressarcido através do pagamento parcial dos ditos “alugueres”.

O contrato de aluguer de longa duração (ALD) é um contrato atípico em que o tipo de referência é o aluguer, regendo-se, em primeiro lugar, tendo em atenção o princípio da liberdade contratual que enforma o nosso ordenamento civil (art. 405º do CC), pelas cláusulas estabelecidas pelos contraentes que não estejam em contradição com as normas legais de carácter imperativo e, seguidamente, pelas normas do DL n.º 354/86, de 23/10, dirigidas ao aluguer de veículos sem condutor e pelas normas gerais do contrato de locação (arts. 1022º e sgs. do CC).

Porque, por regra, as condições financeiras deste tipo de contratos são estabelecidas de modo a que, sendo os mesmos integralmente cumpridos, o investimento do locador na compra do bem locado está quase compensado (até porque o locador pouco proveito poderá tirar do objecto locado, tornando-se difícil e pouco rentável a sua colocação no mercado, por se tratar de bem usado e, muitas vezes, em mau estado de conservação), é vulgar a venda deste ao locatário por valores substancialmente inferiores ao de mercado, as mais das vezes, meramente “simbólicos”.

Tal, todavia, não tem a virtualidade de limitar a disponibilidade do domínio do locador sobre o bem locado, de que continua a ser o único e exclusivo proprietário, cabendo ao locatário apenas o direito à sua utilização no âmbito de uma relação obrigacional, nem sequer, como acontece na figura próxima da locação financeira (cfr. art. 1º do DL n.º 149/95, de 24/6), sendo de configurar a faculdade da sua aquisição pelo seu valor residual, autonomamente operada pelo locatário.

Por isso e porque a disponibilidade do domínio sobre a coisa do locador não garante, só por si, os riscos associados à perda desta, é também regra a imposição ao locatário dos custos de um seguro que, em benefício do locador, garanta tais riscos.

E foi o caso (cfr. cláusula 6ª das Condições Gerais do contrato de ALD outorgado entre a A. e a interveniente).

O contrato de seguro deve ser entendido como "a operação pela qual uma das partes (o segurado) obtém, mediante certa remuneração (prémio), paga à outra parte (seguradora), a promessa de uma indemnização para si ou para terceiro, no caso de se realizar um risco." (Pinheiro Torres, Ensaio sobre o Contrato de Seguro, pág.17).

Trata-se de um contrato de adesão, aleatório, sinalagmático, formal e de execução continuada.

Como observa Cunha Gonçalves, "todos os seguros contratados sem mandato ou em nome próprio e por conta de outrem são estipulações ou contratos a favor de terceiro." (in Comentário ao Código Comercial Português, II vol., pág. 519).

O contrato de seguro feito pela A. a favor da interveniente é tipicamente um contrato a favor de terceiro, ou seja, um contrato em que um dos contraentes (o promitente) atribui, por conta e à ordem de outro (o promissário), uma vantagem a um terceiro (o beneficiário), estranho à relação contratual (cfr. Antunes Varela, Das Obrigações em Geral, vol. I, 9ª ed., pág. 421).

O terceiro a favor de quem foi convencionada a promessa adquire, como efeito imediato do contrato, seja, independentemente de aceitação, o direito à prestação (art. 444º, 1 do CC), ainda que ao promissário se faculte, na ausência de estipulação em contrário, o direito de exigir do promitente o cumprimento da promessa (nº 2 do citado art. 444º).

E ainda que, como observa Antunes Varela, no caso do objecto da promessa se ater ao pagamento se uma dívida do promissário para com o terceiro beneficiário, só aquele e já não este tenha, em princípio, o direito de exigir o cumprimento do contrato (ob. cit., pág. 434), tal não significa que o promissário possa pedir para si a realização da prestação associada a esse cumprimento contratual, antes o terá de fazer para o terceiro beneficiário.

A legitimidade adjectiva do promissário, que disso se trata nuclearmente, derivada do facto do terceiro beneficiário não ser titular da relação contratual estabelecida como o promitente - a relação de cobertura ou de provisão -, não implica a perda pelo terceiro beneficiário do direito ao prometido, que se integra numa outra relação negocial, estabelecida entre este e o promissário - a relação de valuta -, como se entendeu no Aresto do STJ de 24-10-2006 (in www.dgsi.pt/jstj) que a recorrente chamou em seu auxílio.

Revertendo para o concreto dos autos, temos que a interveniente BBVA é a beneficiária do contrato de seguro ajuizado que, entre outras, garante o furto e roubo do veículo 44-93-RH, dado em ALD à A., pelo que, tendo esse veículo sido furtado, a indemnização pela sua perda a cargo da Ré, por para esta a A. ter transferido o que era da sua responsabilidade contratual (cfr. cláusula 7ª das Condições Gerais do contrato de ALD), é devida àquela interveniente, sem que possa falar-se em enriquecimento sem causa pela sua parte (art. 473º do CC), pois, ao invés do avançado pela recorrente, não ocorre o pagamento duplicado do valor do veículo locado, já que o pagamento dos “alugueres” não constitui adiantamento do pagamento do seu preço, antes e tão só o pagamento da sua utilização temporária.

Nestes termos, acorda-se, na improcedência da apelação, em manter a sentença recorrida.”

5.3. Perda total e deterioração da coisa - efeitos.

Devemos começar por distinguir a perda total da mera deterioração do bem, sendo que da perda total se entende que será tudo aquilo que faça com que o bem seja irrecuperável, ou seja, quando há a destruição da coisa, ainda que seja por força maior como por exemplo, as catástrofes naturais. Já a mera deterioração da coisa, é tudo aquilo que não envolva a perda total do objeto, porque o mesmo é reparável ou recuperável.⁵³

O locatário é quem suporta esse risco, a partir do momento em que efetua a sua restituição, isto no caso de não adquirir o bem no termo do contrato, ao locador.

Assim, é de realçar que nas situações de perda total da coisa, o negócio se extingue, uma vez que o locatário perde definitivamente a possibilidade de gozar a coisa na vigência do contrato (e concomitantemente o locador de conhecer tal gozo), assim como a faculdade de, no seu termo, a adquirir.

Em regra, estipula-se que o contrato se considera resolvido. Alguns autores mantêm essa designação, enquanto outros se referem ao “*vencimento antecipado da relação*”⁵⁴.

⁵³ Distinção dada por Gravato Morais, Fernando, in, Manual de Locação Financeira, Almedina 2006, pp 166.

⁵⁴ GARCIA GARNICA, El regimen jurídico..., cit., pp 212 e 213.

Ora in caso, não se trata aqui de uma situação de incumprimento grave do contrato, pelo que não há que a qualificar como resolução. Por sua vez, a designação de “*vencimento antecipado da relação*”, não representa nenhum modo de extinção do contrato.

Na opinião do Prof. Dr. Gravato Morais tem inteira aplicabilidade o art.º 1051.º al. e) do CC – aliás, as regras da locação não se mostram aqui incompatíveis -, pelo que o contrato caduca pela perda da coisa locada. Menezes Leitão, ainda no âmbito da locação, afirma que estamos perante a falta de objeto do contrato, sendo “*manifesto que ocorrerá a sua extinção por caducidade*”.⁵⁵

O clausulado contratual normalmente prevê, em razão do sinistro ser total, que a resolução opera *ex nunc*, tendo o locatário direito a receber o valor da indemnização paga pela companhia de seguros ao locador, deduzido da importância das prestações ainda devidas e do valor residual

No que diz respeito, ao pagamento dos valores em causa, o contrato estipula que o locador é o beneficiário da indemnização. Deste modo, cabe-lhe receber diretamente da entidade seguradora a soma correspondente ao valor do bem, ficando adstrito a entregar ao locatário a quantia recebida, deduzida da importância relativa às rendas vincendas e eventualmente da soma correspondente ao valor residual.⁵⁶

Posto isto, o locador não pode exigir o valor em causa do locatário sem acionar previamente a entidade seguradora. A solução em contrário foi contestada pelo Acórdão da Relação do Porto, de 10.12.2001, em que o locatário fica “*inteiramente à mercê da atuação da locadora que, enquanto credora, escolherá a oportunidade de reclamar da seguradora dos locatários o valor da indemnização prevista no contrato*”. Considerou-se, estar perante uma situação de abuso do direito (que se entendeu ser de conhecimento oficioso), pelo que o locador só deve poder reclamar do locatário o ressarcimento dos danos “*quando estiver em condições de deduzir, na indemnização que receber da seguradora, os valores das rendas vincendas e o valor residual*”.

Já no que respeita à mera deterioração da coisa – “sinistro parcial” –, cabe ao locatário proceder à reparação ou recuperação da coisa locada, a expensas suas. Não lhe sendo possível deixar de pagar as rendas pactuadas. No entanto, e na sequência de uma comunicação atempada do sinistro, efetuada pelo locatário à entidade seguradora, o locador deve entregar a este a

⁵⁵ MENEZES LEITÃO, Direito das Obrigações, III, cit., p. 349)

⁵⁶ GARCIA GARNICA, afirma que se a soma entregue pela seguradora cobre o custo do bem, o locatário fica exonerado de qualquer pagamento junto ao locador. Caso contrário, deve satisfazer a diferença (El régimen jurídico..., cit., p.212).

indenização recebida de tal instituição (podendo até eventualmente o próprio locatário – tomador de seguro – subrogar-se na posição do locador e exigir diretamente da entidade seguradora a soma ressarcitória).

Aqui o contrato não se extingue. O interesse das partes é justamente o inverso: o da manutenção da locação financeira, já que se promove a reparação do bem.

Posto isto, propomo-nos a analisar a seguinte situação concreta, resolvida pelo Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2010, do Proc. n.º 126/07.0TBETR.P1:

“B..... e marido C..... instauraram acção declarativa, sob a forma de processo comum ordinário, contra D....., SA. Pediram que a ré fosse condenada a pagar-lhes:

A) A quantia a liquidar em execução de sentença relativa aos factos alegados nos artºs 58º a 62º da petição inicial;

B) A quantia de € 107.817,64, acrescida de juros à taxa legal contados desde a citação até integral e efectivo pagamento, relativa a danos morais e patrimoniais já liquidados;

C) A quantia de € 56.815,68 a que estava contratualmente obrigada.

Como fundamento, alegaram, em síntese, que tinham adquirido, em regime de locação financeira, um tractor agrícola, que estava seguro na ré e que ardeu, e que a ré não pagou a tempo a indemnização devida, o que lhes acarretou prejuízos (que discriminaram e quantificaram).⁵⁷

A ré contestou, aceitando a existência do contrato de seguro e alegando que apenas estava obrigada a pagar aos autores a quantia de € 56.815,68 por o contrato de seguro não abranger a privação de uso, e que a mora no pagamento apenas acarreta juros moratórios, dada a natureza de obrigação pecuniária que a indemnização reveste.

Requeru a intervenção principal de E....., SA na qualidade de locadora do referido tractor e de F....., LDA, na qualidade de vendedora do mesmo.

Na réplica, os autores ampliaram o pedido, reclamando da ré o pagamento de juros de mora sobre a quantia de € 58.815,68 desde 16.07.02, data do envio da carta pelo mandatário dos autores, até integral pagamento, à taxa legal de juros comerciais.

⁵⁷ Sublinhados nossos.

A ré pronunciou-se pela improcedência do pedido ampliado.

A ampliação do pedido foi admitida.

A interveniente E....., SA pediu que a ré fosse condenada a pagar-lhe o valor do tractor, alegando ser a proprietária do mesmo e a beneficiária do contrato de seguro em causa.

A interveniente F..... contestou, alegando que o fogo que consumiu o tractor não teve origem em qualquer deficiência dos componentes do mesmo.

Os autores impugnaram os factos alegados pela interveniente F.....

Percorrida a tramitação subsequente, foi proferida sentença que condenou a ré a pagar à interveniente E....., SA a quantia de € 56.815,68, acrescida dos juros de mora vencidos desde 16.07.02, contados à taxa de juro comercial, até integral pagamento, e absolveu-a do mais que vinha pedido.

A ré recorreu (...).”

O Acórdão supra identificado, decidiu pela improcedência do recurso apresentado pelo réu, confirmando a sentença recorrida, ou seja, o réu que aqui figura como seguradora, ficou obrigada a pagar à interveniente “E..., SA,” locador financeiro a quantia de 56.815,68€ (valor constante do contrato de seguro).

Conforme já referimos anteriormente, o artigo 15º do DL 149/95 prevê, que o risco de perda ou deterioração do bem corre por conta do locatário, fundamentando-se tal preceito, no facto do locatário, enquanto “proprietário económico do bem”, tem o gozo do bem, suporta os custos com a sua manutenção e com a sua conservação, assim como, todos os encargos daí provenientes, o que em princípio geral, os riscos relativos ao gozo do bem fiquem a seu cargo. Enquanto o locador, proprietário jurídico do bem, apenas tutela os seus específicos interesses, nomeadamente, o financiamento concedido⁵⁸.

Contudo, quando a perda total do bem locado, ocorra por causa, que não seja imputável ao locatário, entende-se que o contrato de locação financeira caducou, por aplicação do regime do contrato de locação (artigo 1051º, al. c) do CC). No entanto, é usual, o contrato de locação financeira, prever uma cláusula que, conceda ao locador o direito de resolver o contrato e de exigir

⁵⁸ Gravato Morais, Manual da Locação Financeira, págs. 163 e 164.

do locatário o valor das rendas vencidas e não pagas assim com, as rendas vincendas, no caso de perda total do bem.

O regime da locação financeira prevê a obrigatoriedade de celebração de um contrato de seguro, tal solução procura conciliar os interesses de ambos os contraentes, evitando o prejuízo económico do locador financeiro, visto que, é este o beneficiário da indemnização a pagar pela seguradora e, evita um grave desequilíbrio contratual em prejuízo do locatário.

O locador, enquanto beneficiário da indemnização proveniente do contrato de seguro, cabe-lhe receber directamente da seguradora, a soma correspondente ao valor do bem e, posteriormente, entregar aquela quantia ao locatário, deduzida da importância relativa às rendas vincendas e, eventualmente, ao valor residual.

“Como se afirma no Acórdão do STJ de 08.06.06, o dano patrimonial com a perda da coisa ocorre no património de quem é seu proprietário, pelo que é este quem tem o direito de receber a indemnização. O seguro, na medida em que garantia a perda do veículo, só poderia ter por beneficiário o seu proprietário.

O contrato de seguro a que se reporta o artº 10º, nº 1, al. j) do DL 149/95 é, assim, claramente, um contrato a favor de terceiro, pelo que, em caso de perda total do bem locado, a seguradora está obrigada a pagar directamente ao locador a indemnização correspondente ao valor do mesmo.

Por isso, se tem entendido que, em caso de perda total do bem, o locatário não pode pedir directamente da seguradora a indemnização prevista no contrato de seguro.

Excepciona-se, evidentemente, a situação em que o locador tenha usado do seu direito de resolução do contrato e o locatário tenha pagado a totalidade das rendas devidas. Neste caso, como também se faz constar da supra referida cláusula-tipo, a seguradora paga a indemnização directamente ao locatário.”⁵⁹

Relativamente ao caso concreto, a autora (locatário) tem legitimidade para interpelar a seguradora, uma vez que para todos os efeitos é a tomadora do seguro, tendo assim, interesse nas obrigações daí emergentes.

Em face de todo o exposto, resulta o seguinte sumário, do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2010, que passamos a citar:

⁵⁹ Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2010, do Proc. n.º 126/07.OTBETR.P1.

“I- Para que o contrato de seguro possa ser qualificado como um contrato a favor de terceiro é necessária a existência de um terceiro e a aquisição por este de um direito próprio a um benefício: estaremos perante um verdadeiro contrato a favor de terceiro se da economia do contrato resultar a atribuição de um benefício a um terceiro não interveniente no contrato.

II – As características do contrato a favor de terceiro não assentam a todos os contratos de seguro, mas só àqueles em que a prestação, pela própria natureza do contrato, só pode ser efectuada a um terceiro.

III – Em caso de perda total do bem, o locatário não pode pedir directamente da seguradora a indemnização prevista no contrato de seguro, a não ser que o locador tenha usado do seu direito de resolução do contrato e o locatário tenha pago a totalidade das rendas devidas.

IV – Caso o locatário tenha continuado a pagar as rendas vencidas após a perda do bem, não reclamando o locador a indemnização da seguradora, nem se prevalecendo do direito à resolução do contrato, a única forma de restabelecer o equilíbrio contratual consiste na possibilidade de o locatário poder demandar conjuntamente o locador e a seguradora, pedindo a condenação da seguradora a pagar ao locador a quantia correspondente ao valor do bem locado e, simultaneamente, a condenação do locador a entregar-lhe aquela quantia, deduzida da importância relativa às rendas vincendas e, eventualmente, ao valor residual.”

CONCLUSÕES

Ao analisarmos a origem e a importância do Risco, concluímos que o direito continua a não conseguir definir o conceito de risco, optando por o qualificar, por forma a ser utilizado na medição e gestão dos riscos industriais e naturais, estando voltado para as consequências que o risco implica, como os danos.

Tendo em conta, o risco de perda ou deterioração do bem dado em locação financeira, isto leva a celebração de um outro contrato, o contrato de seguro, para se acautelar os riscos inerentes ao contrato da locação financeira.

O contrato de locação financeira por várias vezes, implica a celebração de outros contratos. Pelo que, é um contrato oneroso, sinalagmático, bivinculante, temporário, e de feição financeira.

Distinguindo-se do contrato de locação, desde logo, porque na locação financeira, o locador financeiro, financia o gozo da coisa, que concede ao locatário, entregando ao vendedor o “*montante mutuado*”. Diferente do *mero* locador, este desconhece o objeto, uma vez é entregue diretamente pelo fornecedor ao locatário. No entanto, durante a vigência do contrato, o locador financeiro mantém a propriedade da coisa.

O locador financeiro, não responde pelos vícios da coisa locada, e o locatário pode exercer contra o vendedor, todos os direitos relativos à coisa locada. O que resulta na atribuição por lei, na sub-rogação legal do locatário nos direitos do locador contra o fornecedor, segundo os artigos 12.º e 13.º do Dec.-Lei 149/95.

O artigo 12.º refere que, “*o locador não responde pelos vícios do bem locado ou pela sua inadequação face aos fins do contrato (...)*”. O que nos leva, desde logo, a concluir que em Portugal, o locador não responde perante o locatário, no caso de desconformidade da coisa.

Contudo, quando se constata no momento da entrega da coisa, a existência de desconformidade com o contrato, o locatário pode recusar a prestação.

No que respeita, ao risco de perda ou deterioração da coisa, o artigo 15.º estabelece que tal risco, corre por conta do locatário.

A orientação maioritária defende linearmente que o locatário permanece responsável ainda que a causa da perda não lhe seja imputável. Ou seja, ainda que o bem se deteriore por um terceiro, a responsabilidade recai sobre o locatário. Tal posição assenta na ideia de que é o locatário quem tem a guarda do bem locado, sendo o locador apenas o seu proprietário jurídico.

Na locação financeira, é o locatário que suporta o risco de perecimento da coisa (artigo 15º do DL n.º 149/95), assim como o dever de conservar e reparar a coisa (artigo 10.º), ao passo que, na locação, tanto o risco como o dever de conservar, correm por conta do locador.

Assim, o locatário está obrigado à celebração de um contrato de seguro contra danos causados, no bem locado. Cabendo-lhe a qualidade de tomador de seguro e ao locador a de beneficiário, de uma eventual indemnização. Pretende-se assim que o seguro deva cobrir na totalidade o “risco da perda ou da deterioração da coisa”.

Concluimos também, que nas situações de perda total da coisa, o negócio se extingue, uma vez que o locatário perde definitivamente a possibilidade de gozar a coisa na vigência do contrato (e concomitantemente o locador de conhecer tal gozo), assim como a faculdade de, no seu termo, a adquirir.

Contudo, no caso de mera deterioração da coisa, cabe ao locatário proceder à reparação ou recuperação da coisa locada. Não lhe sendo possível, deixar de pagar as rendas pactuadas.

Assim, concluimos que, o locador enquanto beneficiário da indemnização proveniente do contrato de seguro, cabe-lhe receber diretamente da seguradora, a soma correspondente ao valor do bem e, posteriormente, entregar aquela quantia ao locatário, deduzida da importância relativa às rendas vincendas e, eventualmente, ao valor residual.

A não ser, que o locador tenha usado do seu direito de resolução do contrato, e o locatário tenha pago a totalidade das rendas devidas, situação em que a seguradora deverá pagar ao locatário.

BIBLIOGRAFIA

ALESSANDRO MUNARI, Il leasing finanziario nella teoria dei crediti di scopo., Giuffrè Editores, 1989.

ANGELO LUMINOSO, I contratti tipici e atipici. Contratti di alienazione, di godimento, di credito., Giuffrè Editores, 1995.

APPLEGATE, John, *The Perils of Unreasonable Risk: Information, Regulatory Policy, and Toxic Substances Control*, in John Applegate (org.), *Environmental Risk, I*. Burlington: Ashgate, 2004.

BEY, Mkhart, "De la Symbiotique dans les Leasing et Crédit-bail Mobiliers, Paris, Dalloz, 1970.

CAMPOS, Diogo de Leite, *A Locação financeira*, Lex-Edições Jurídicas, Lisboa, 1994.

- *Locação Financeira (Leasing) e Locação*, Revista Ordem dos Advogados, Ano 2002 > Ano 62 - Vol. III - Dez. 2002 > Artigos Doutrinais OA

CASTILLA, Francisco González *Leasing financeiro mobiliário: contenido del contrato y atribucion del riesgo en la practica contractual y la jurisprudência*, S.L.Civitas Ediciones, 2003.

CATARINA FRADE, *O direito face ao risco*, Revista Crítica de Ciências Sociais, 86, Setembro 2009.

CANOTILHO, Joaquim Gomes, *Direito Público do Ambiente (Direito Constitucional e Direito Administrativo)*, Coimbra: CEDOUA, 1995.

CORDEIRO, António de Menezes, *Tratado do direito civil português*, 3ª edição, Coimbra 2005.

- *Manual de Direito Bancário*, Almedina, 1º edição, 1998.

VARELA, Joao Antunes, *Das obrigações em geral*, Almedina, Coimbra, 2000.

DIAS, Jorge de Figueiredo, *Temas Básicos da Doutrina Penal sobre os Fundamentos da Doutrina Penal, Sobre a Doutrina Geral do Crime*, Coimbra Editora, 2001.

DUARTE, Rui Pinto, *O Contrato de Locação Financeira – Uma síntese, Separata* THEMIS, Revista da Faculdade de Direito da UNL, Ano X, n.º19 – 2010.

DUARTE, Rui Pinto, *Escritos sobre Leasing e Factoring*, Cascais, 2001.

GARNICA, Maria Del Carmen Garcia, *El régimen jurídico del leasing financiero inmobiliario en Espana*, Aranzadi, 2001.

MARTINS, João Valente, *Contrato de Seguro – Notas Práticas*, 2ª edição, Quid Juris, 2011,

MENEZES, Luis Manuel Leitão, *Direito das Obrigações*, III, Almedina, 2016

MARTINEZ, Pedro Romano, *Direito das obrigações (Parte Especial) – Contratos.*, Almedina, 2001.

- *Cumprimento Defeituoso em especial na compra e venda e na empreitada*, Almedina, 2015.

MORAIS, Fernando Gravato, *Manual de Locação Financeira*, 2ª Edição, Almedina 2011.

- *Manual de Locação Financeira*, Almedina, 2006.

- *União de contratos de crédito e de venda para o consumo*, Almedina, 2004.

Prata, Ana, *Dicionário Jurídico, Direito Civil, Direito Processual Civil, Organização Judicial, com a participação de Jorge Carvalho, Vol. I*, 5ª edição, Almedina, 2008.

REGO, Margarida Lima, *O risco e as suas vicissitudes*, Temas de direito dos seguros. - Coleção MLGTS. - Coimbra, 2012.

SILVA, Calvão da, *Locação Financeira e garantia bancária, em Estudos de Direito Comercial (Pareceres)*, Coimbra, 1999.

STEEL, Jenny, in *Risks and Legal Theory*. Portland: Hart Publishing, 2004.

SUNSTEIN, CASS R., *The laws of fear. Beyond the Precautionary Principle*. Cambridge University Press, 2004.

VIDAL, Blanco Carlos, *El leasing*, Madrid, Edit. Instituto de Estudios Fiscales, 1977.

JURISPRUDÊNCIA, em www.dgsi.pt:

- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 8.11.1994.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20.05.1999.
- Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 20-01-2011.
- Acórdão do Tribunal da Relação do Porto, de 01.07.2010.
- Acórdão Supremo Tribunal de Justiça, de 22.11.1994.
- Acórdão Supremo Tribunal de Justiça, de 21.05.1998.
- Acórdão Supremo Tribunal de Justiça, de 17.02.2000.
- Acórdão Supremo Tribunal de Justiça, de 14.04.2011.